



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-10-2023.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às dez horas e dez minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo o Projeto de Resolução nº 027/23 (Processo nº 0237/23) e à vereadora Lourdes Sprenger o Projeto de Resolução nº 013/23 (Processo nº 0164/23). Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria “Esclarecimentos sobre a parceria e as ilações sobre os descumprimentos contratuais por parte da SPDM nos Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro e da Vila Bom Jesus” e, de imediato, destacou as seguintes presenças: Mario Silva Monteiro, superintendente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM); Favio Telis, diretor da Diretoria de Atenção Ambulatorial, Hospitalar e Urgências (DAAHU) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Paulo Ricardo Bobek, coordenador municipal de urgências da SMS; Maria Inês Bothona Flores, conselheira distrital de saúde da região leste; Isadora Grumbt Najjar, procuradora da Procuradoria-Geral do Município (PGM); Rafael Abech Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – RS; Mauro Luis Silva de Souza, promotor de justiça do Ministério Público Estadual; Daniel Sauer Wolff, diretor do Núcleo de Pediatria do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers); João José Marcelo, integrante do Conselho Gestor do Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, e Acir Luís Paloschi, Conselho Local de Saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) Panorama. Em prosseguimento, o senhor presidente passou a palavra ao vereador Aldacir Oliboni, proponente da pauta, o qual afirmou que esse assunto é discutido desde o governo do ex-prefeito, Nelson Marchezan Júnior. Destacou que há muitas queixas quanto ao serviço, incluindo a demora para atendimento, sendo necessário chegar muito cedo nos pronto atendimentos (PAs) e longas esperas para a obtenção de baixa hospitalar, que chega a demorar mais de uma semana. Disse que não há cumprimento de requisitos do contrato, cujo encerramento está previsto para o final de dois mil e vinte e quatro. Relembrou que o objetivo do governo era transformar esses PAs em unidades de pronto atendimento (UPAs), o que permitiria o recebimento de verbas federais adicionais. Tal qualificação da estrutura do serviço deveria ser promovida por medidas da empresa responsável pelos PAs, mas colocou em questão se medidas para essa finalidade estão sendo adotadas. Além disso, abordou a previsão de uma comissão de acompanhamento das atividades dos PAs, composta com participação de membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), indagando se essa comissão foi formada. Por fim, perguntou se o município está exercendo seu papel de fiscalização. A seguir, a vereadora Cláudia Araújo opinou que as queixas apresentadas sobre os PAs também ocorrem em outros pontos da rede, mas

defendeu a importância da pauta e interrogou por que o contrato não estaria sendo cumprido e por que não estaria sendo realizada a sua fiscalização. Após, a vereadora Mônica Leal afirmou que é necessário verificar o descumprimento do contrato, mas destacou que a Prefeitura Municipal assinou contrato recentemente prevendo a ampliação de serviços e metas de atendimento, o que certamente melhoraria o serviço. Em seguida, o senhor Mario Silva Monteiro apresentou-se como responsável pela superintendência da SPDM responsável pelo contrato em questão. Fez um breve histórico da organização, afirmando que se trata de uma instituição filantrópica. Esclareceu que o instrumento jurídico utilizado não foi um contrato, mas um termo de colaboração, o qual não prevê fins lucrativos para a SPDM. Quanto ao termo de colaboração, observou que foi assinado em novembro de dois mil e dezenove, logo antes do início da pandemia de covid-19, frustrando o planejamento das obras de qualificação dos PAs. Comunicou que o projeto de ampliação do PALP foi aprovado no mês de abril de dois mil e vinte e três, com as obras tendo sido iniciadas em junho. Quanto ao projeto de ampliação do PABJ, este havia sido aprovado no mês anterior, com previsão de início das obras para novembro. Informou que a previsão de duração das obras é de doze meses para cada uma, tendo sido reservados ao longo do tempo os recursos para tal finalidade, mas mencionou que os custos das obras tiveram seus valores quadruplicados, como parte dos efeitos econômicos da pandemia. Ressaltou que, do ponto de vista assistencial, apenas uma vez uma das metas pactuadas não foi atingida, numa situação de falta de pediatra durante um plantão, o que acarretou a aplicação de descontos no pagamento à SPDM. Falou que, desde então, todas as metas foram alcançadas. Observou que a demora no atendimento está relacionada ao processo de acolhimento e priorização, pois os casos mais urgentes recebem atendimento mais rápido. Dando continuidade, o vereador Aldacir Oliboni reiterou suas preocupações, criticando o descumprimento do contrato, especialmente em relação à demora no atendimento dos pacientes, mesmo em casos não prioritários. Após, a vereadora Mônica Leal afirmou ter entrado em contato com o secretário e assegurou que o contrato está sendo cumprido, com avanços nas questões das obras. Ela reconheceu que a pandemia causou atrasos no planejamento original. A seguir, o senhor Favio Telis reconheceu que ninguém está satisfeito com a demora no atendimento, mas ressaltou que essa é uma questão geral e não restrita aos PAs. Também enfatizou que muitos pacientes que poderiam ser atendidas nas unidades básicas de saúde (UBSs) acabam buscando os PAs, resultando em sobrecarga do serviço e longas esperas para os pacientes. Chamou atenção para o papel que a pandemia desempenhou na construção do cenário atual, mas frisou que o município cobrou as obras assim que passada a pandemia, tendo recebido como resposta da SPDM o argumento relativo ao grande aumento dos custos envolvidos, questão que acabou sendo judicializada. Opinou que o presente debate diz respeito às obras de ampliação, não ao serviço de assistência em saúde prestado, pois este está de acordo com o previsto. Por fim, questionou quem assumiria os PAs imediatamente em caso de rescisão com a SPDM, salientando que o município não teria condições de assumir, o que resultaria em caos na saúde. Em seguida, o vereador Aldacir Oliboni criticou a não realização de concurso público em resposta à falta de condições do município para assumir as funções dos PAs. O senhor Favio Telis comentou que a realização de concursos públicos constituiria uma pauta à parte. Enfatizou que haverá tempo para discutir a adequação da renovação do contrato e, quanto às obras, afirmou que a Prefeitura está fiscalizando o avanço dos projetos e que a falta de formação da comissão de acompanhamento pode ser corrigida conforme o andamento das obras. Neste momento, o senhor Presidente, vereador José Freitas, anunciou que precisaria ausentar-se da reunião, passando a condução dos trabalhos à vice-presidente, vereadora Cláudia Araújo. Dando continuidade, o senhor Paulo Ricardo Bobek exibiu dados sobre o atendimento nos PAs, incluindo o atendimento das metas estabelecidas, percentuais de pacientes de outros municípios e taxas de satisfação dos pacientes. Além disso, apresentou dados sobre os tempos médios de espera, estratificados por classificação de risco. Também pediu por um atendimento mais humanizado na recepção. Após, a senhora Isadora Grumbt Najjar destacou a necessidade de ações da Prefeitura em casos de descumprimento contratual, sempre buscando evitar a judicialização dos casos. A seguir, o senhor João José Marcelo afirmou que humanização é um termo bonito, mas que é difícil de ser implementado na realidade. Criticou, ainda, a redução das equipes das UBSs, relacionando isso à grande

procura dos pacientes aos PAs. Em seguida, o senhor Acir Luís Paloschi criticou a demora no atendimento, demonstrou receio que as obras não sejam finalizadas durante a vigência do contrato e criticou a terceirização dos serviços de saúde. Dando continuidade, o senhor Mario Silva Monteiro sugeriu estender o termo de colaboração por mais um ano, inclusive para garantir a finalização das obras sem sobressaltos. Quanto à judicialização mencionada pelo senhor Favio Telis, afirmou que ela ocorreu pela necessidade de aporte financeiro no termo de colaboração, que se mantém nos mesmos valores desde dezembro de dois mil e dezenove e precisam ser discutidos para reequilíbrio contratual, pois não foram corrigidos desde então. Em prosseguimento, o senhor Paulo Ricardo Bobek disse que a possibilidade de extensão de contrato será devidamente avaliada e chamou atenção para o fato de que dezesseis UBSs atuam com horário de atendimento estendido e que as equipes de atenção primária se encontram completas. Após, a vereadora Cláudia Araújo manifestou preocupação com a falta de especialistas nas UBSs e informou que há muitas reclamações sobre falta de médicos nas UBSs com horário de atendimento estendido. A seguir, o senhor Mario Silva Monteiro aventou a utilização de recursos de telemedicina como forma de ampliação do atendimento. Após ouvir todas as manifestações, a senhora presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) realização de visita, no mês de dezembro, no Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro; b) realização de visita, em fevereiro, no Pronto Atendimento Bom Jesus; c) encaminhamento de Pedido de Informações à Prefeitura Municipal a fim de conhecer o quadro de falta de especialistas no âmbito do termo de colaboração com a SPDM; d) encaminhamento de Pedido de Informações à Prefeitura Municipal a fim de obter informações sobre as obras de ampliação dos PAs; e) encaminhamento de Pedido de Informações à Prefeitura Municipal a fim de obter os indicadores do último trimestre que constam no plano de trabalho do termo de colaboração com a SPDM; f) encaminhamento de Pedido de Providências à Prefeitura Municipal solicitando a criação de um grupo de trabalho, com participação de representantes do CMS, para adequação e melhoria do atendimento ao público nas unidades de saúde do município e g) solicitação de formação da comissão de acompanhamento das obras de ampliação composta por colaboradores dos PAs, representantes do CMS e representantes da SMS. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 14/11/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0643187** e o código CRC **9E8F1A72**.